

UNEMAT Editora

Editor: Maria do Socorro de Sousa Araújo

Capa Final: Ricelli Justino dos Reis

Diagramação: Ricelli Justino dos Reis

Editora UNEMAT 2015

online

Conselho Editorial:

Maria do Socorro de Sousa Araújo (Presidente)

Ariel Lopes Torres

Luiz Carlos Chieriegatto

Mayra Aparecida Cortes

Neuza Benedita da Silva Zattar

Sandra Mara Alves Silva Neves

Severino de Paiva Sobrinho

Tales Nereu Bogoni

Roberto Vasconcelos Pinheiro

Fernanda A. Domingos Pinheiro

Roberto Tikao Tsukamoto Júnior

Gustavo Laet Rodrigues

Revista História e Diversidade/Expediente:

Coordenadores /Organizadores: Osvaldo Mariotto Cerezer

Marli Auxiliadora de Almeida

História e Diversidade [recurso eletrônico] / Revista do Departamento de História. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 6, nº. 1, (2015), 232 p.

Modo de acesso:<<http://periodicos.unemat.br/index.php/historiae-diversidade>>Semestral.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader (ou similar).

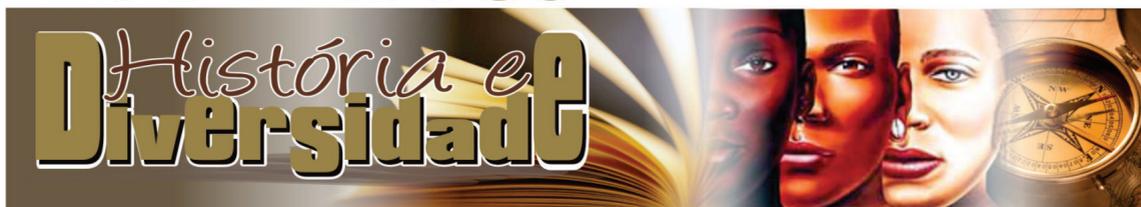
ISSN: 2237-6569

1. História. 2. Diversidade Cultural.

CDU 94+304.4 (05)

Editora UNEMAT
Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavahada
Fone/fax: (0xx65) 3221-0077
Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil
E-mail: editora@unemat.br

Revista



Textos Extras

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER E AS QUESTÕES DE GÊNERO NA TOPONÍMIA URBANA DE CAICÓ – RN¹

Cláudia Medeiros de Araújo²

Professora Titular da SEEC/RN

E-mail: claudiacma7@hotmail.com

RESUMO: Os nomes das ruas estão ligados à memória da cidade. Entretanto, a cidade de Caicó (RN) só passou a possuir ruas com denominações femininas entre o final da década de 1960 e início da década de 1970. Nesse sentido, o que sugerimos nesse artigo é tomar os primeiros antropônimos³ femininos da cidade de Caicó como lugares de memória para isso, buscaremos discutir o porquê dos lugares serem nomeados, a prática de nomear os lugares, como também discutiremos o processo de escolha dos nomes dos lugares de uma cidade. Já no segundo momento discutiremos os motivos que explicam a ausência das mulheres caicoenses na toponímia urbana de Caicó até a década de 1960.

Palavras-chave: Toponímia feminina/Caicó/ Gênero.

ABSTRACT: Street names are linked to the memory of the city. However, the city of Caicó (RN) just happened to have streets with feminine names between the late 1960s and early 1970s this sense, we suggest in this article is to take the first female anthroponyms city as Caicó places of memory for it, seek discuss why places are named, the practice of naming places, as well as discuss the process of choosing the names of places of a city. In the second phase we will discuss the reasons that explain the lack of women in urban toponymy caicoenses Caicó until the 1960s.

Keywords: female Toponymy / Caicó / Genre.

Este trabalho surgiu como decorrência da leitura do artigo “Espaço e Memória nas ‘Balas de Estalo’ de Machado de Assis⁴”, no qual a autora analisou de que maneira o cronista Machado de Assis destacou as alterações de denominações de ruas realizadas no Rio de Janeiro, entre os anos de 1883 e 1886, momento em que escreveu suas crônicas na seção *Balas de Estalo*, do jornal *Gazeta de Notícias*. Neste sentido, após a leitura desse

1 Esse artigo é parte da minha Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa II, Cultura, Poder e Representações Espaciais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, no ano de 2013. Salienta-se que a presente pesquisa foi financiada parcialmente pela CAPES.

2 Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

3 Os lugares que possuem nomes de pessoas são denominados de antropônimos. Deriva-se da palavra Antroponímia, que é o estudo dos nomes das pessoas para esclarecer a sua procedência, evolução e variação em razão aos usos de outros períodos e lugares. Este vocábulo foi produzido a partir da língua grega: *anthropos* (homem); *topos* (lugar) e *Onyma* (nome).

4 CALLIPO, Daniela Mantarro. Espaço e Memória nas Balas de Estalo de Machado de Assis. In.: **Revista TriceVersa**. Centro Ítalo-Luso-Brasileiro de Estudos Linguísticos e Culturais, Assis, v.2, n.2, nov.2008-abr.2009. Disponível em : <www.assis.unesp.br/cilbelc>

artigo começamos a observar através das andanças por Caicó – RN⁵ e tomando a leitura de jornais, revistas, fotografias, lista telefônica, livros e o mapa da cidade que a maioria dos nomes dos logradouros da cidade possuem nomes de políticos e pessoas abastadas que compõe as famílias tradicionais. Ainda conforme nossas andanças, observamos que as principais praças, avenidas e ruas consideradas de grande importância para o fluxo viário e atividades comerciais da cidade possuem nomes masculinos (Avenida Coronel Martiniano, Rua Renato Dantas, Avenida Otávio Lamartine, Praça José Augusto, Praça Eduardo Gurgel, Praça Dinarte Mariz, Praça D. José Delgado e Praça Monsenhor Walfredo Gurgel). Com isso, é perceptível ao consultarmos a lista telefônica e o mapa de Caicó, poucos antropônimos femininos.

Conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Tributação e Finanças no ano de 2006, Caicó possuía, naquele ano, 616 logradouros públicos, sendo 89 com denominação feminina. É importante destacar que as discriminações de gênero são produzidas e reproduzidas nas mais diversas esferas, sendo a nomenclatura dos logradouros públicos uma delas. Nesse sentido, objetivamos realizar uma investigação a respeito das relações entre identidades de gênero e a toponímia da cidade de Caicó. Para isso, devemos destacar que os primeiros espaços públicos de Caicó com denominação feminina só surgiram entre o final da década de 1960 e início da década de 1970.

A primeira caicoense que teve sua memória perpetuada no espaço urbano de Caicó foi Joaquina Dantas Gurgel, a qual se tornou patrona em 1966 da Maternidade da cidade de Caicó. Já Júlia Medeiros e Generina Vale tiveram suas memórias eternizadas em duas ruas da cidade no ano de 1973. E dois anos depois Júlia Medeiros também se tornou patrona de uma escola localizada no bairro Paraíba.

Nesse sentido, o que sugerimos nesse artigo é tomar os primeiros antropônimos⁶ femininos da cidade de Caicó como lugares de memória, ou seja, os espaços e suas nomeações como mensageiros e difusores das memórias de Joaquina Dantas Gurgel, Júlia Medeiros e Generina Vale bem, como da memória coletiva de Caicó. Assim, pesquisar a história da cidade de Caicó a partir desses três antropônimos se constituirão aqui em uma aprendizagem teórico-metodológica para representar o espaço e o tempo, permitindo um olhar mais compreensivo sobre os mesmos e sobre um contexto maior.

Assim, no primeiro momento buscaremos discutir o porquê dos lugares serem nomeados, a prática de nomear os lugares, como também discutiremos o processo de escolha dos nomes dos lugares de uma cidade. Já no segundo momento discutiremos os motivos que explicam a ausência das mulheres caicoenses na toponímia urbana de Caicó até a década de 1960.

5 Caicó fica a 269 Km da capital do Estado do Rio Grande do Norte. Com 135 metros de altitude, sua localização geográfica corresponde a 6° 27' 28" de latitude sul e 37° 05' 52" de longitude oeste. Com uma área de 1220,4 Km², sendo o maior município em extensão territorial do Seridó. Conforme sua localização geográfica, Caicó se encontra em absoluto semi-árido nordestino, especificadamente no sertão seridoense, região marcada pela irregularidade das chuvas, precipitação pluviométrica média anual de 400 mm a 600 mm, temperatura média anual de 33 °C, baixa umidade e uma região delimitada pela vegetação de caatinga do tipo xerófito, onde encontram-se pereiro, macambira, xique-xique. MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a Cidade:** Caicó em sua dinâmica espacial. Brasília: Senado Federal, 1999.

6 Os lugares que possuem nomes de pessoas são denominados de antropônimos. Deriva-se da palavra Antroponímia, que é o estudo dos nomes das pessoas para esclarecer a sua procedência, evolução e variação em razão aos usos de outros períodos e lugares. Este vocábulo foi produzido a partir da língua grega: *anthropos* (homem); *topos* (lugar) e *Onyma* (nome).

O QUE SE ENCONTRA POR TRÁS DOS NOMES DOS LUGARES?

Quando vamos à primeira vez em algum lugar, que não conhecemos, a primeira coisa que fazemos é saber o endereço, certo?! A partir dessa realidade tão comum no nosso dia-a-dia, passamos a questionar por que nomeamos todos os lugares? Segundo Cláudio João Barreto dos Santos “a nomenclatura de lugares acompanha a atividade humana desde tempos imemoriais. Nomeiam-se tanto os seres humanos quanto os lugares, permitindo-se a individualização e a consequente identificação unívoca das pessoas e dos lugares”. O autor ainda enfatiza que os nomes dos lugares se constituem em documentos históricos que revelam acontecimentos ocorridos em outros períodos. Ou seja, podemos afirmar que os nomes presentes nos mapas apresentam aspectos da história, simbolizam grandes feitos, homenageiam os ditos “heróis”, representam nossa identidade cultural; enfim, podemos assegurar que o tempo e a memória se inscrevem através desses nomes no espaço.

Também é importante enfatizar que a prática de nomear lugares deu origem à toponímia⁸ que possibilita reconstruir aspectos do passado histórico e de valores culturais de um grupo social, que residiu ou reside numa determinada área. Conforme Alexandre Melo de Sousa, a língua conjectura as expressões sócio-culturais, as perspectivas e os ideais de um povo. Assim o estudo da língua, possibilita descobrirmos acontecimentos históricos.

Sendo os topônimos concebidos como sendo bens patrimoniais, eles estão sujeitos às implicações do tempo: às permanências, às mudanças, ao esquecimento do seu sentido original, uma vez que se esquia dos acordos e da memória do povo. Esses aspectos possibilitam afirmar que a Toponímia possui duas dimensões: uma que se refere à nomeação de dado espaço geográfico (função toponímica) e outra no que diz respeito ao tempo (memória toponímica).

A prática de nomear locais públicos gerou uma tradição que ganhou importância, fazendo com que os locais deixem de ser simplesmente equipamentos utilizados pela população, para tornarem-se monumentos, espaços de celebração e inscrição de uma dada memória, fabricada em certo período. A memória

(...) é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; (...) a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, cesuras ou projeções (NORA, 1993, p.09).

E o monumento tem o papel de reavivar as lembranças do morto, afastando da possibilidade do esquecimento, aquilo que é tão transitório que são os seres humanos tranquilizando-os no tempo. Busca-se com isso, legitimar determinado passado homenageando personalidades políticas como presidentes, governadores, coronéis, deputados e exaltados como heróis nacionais.

7 SANTOS, Cláudio João Barreto dos. **Geonímia do Brasil: a padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios fluminenses**, 2008, p.27

8 Toponímia (*Topos*: lugar + *Onyma*: nome). Disciplina que estuda a origem e a significação dos nomes de lugares, a qual compete à disciplina Onomástica, que é uma seção da filologia que pesquisa os nomes próprios. Localiza-se no âmbito da Linguística designado Lexicologia.

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*mementi*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos *monumenta hujus ordinis* [Philippicae, XIV, 41], designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (LE GOFF, 1994, p.462)

Entende-se que os logradouros públicos se tornam monumentos, visto que recordam práticas dos indivíduos que um dia teriam colaborado para a edificação de uma dada localidade. O logradouro público, por ser uma obra pública, dificilmente se desliga de seu caráter monumentalizante, tanto para quem fica como responsável pela sua construção, como para quem ele pode servir de tributo com sua designação.

Percebe-se deste modo, a partir do exposto acima que quem é, e o que é significativo para um país, estado, região ou cidade é, de certa maneira aludido na toponímia. Daí, o estudo dos nomes dos lugares possibilitar a investigação do modo de vida, a ideologia e os valores culturais dos indivíduos que viveram ou vivem num certo espaço. No que se refere aos topônimos, eles funcionam como representantes ou símbolos da identidade de um dado grupo. Ainda é importante lembrar que

o topônimo não pode ser considerado apenas como uma unidade léxica genérica porque recobre funções sintagmáticas, de verdadeiros enunciados modais. Vários fatores concorrem para sua manifestação e fixação como vetor, ou seja, o tempo da enunciação e a efetivação do uso, quando o nome entra, de fato, na corrente onomástica. Passa-se, assim, do plano expressivo ao cognitivo propriamente dito, que conduz aos planos informativo e afetivo; este estágio garante a manutenção do emprego, num *continuum*. (DICK, 2003, p.03)

Desse modo, os nomes estão intensamente associados com o trajeto de vida dos homens que edificam e residem nos lugares, com a ocupação e o desenvolvimento socioeconômico desses lugares e com a origem etnolinguística dos indivíduos. Assim, Lévi-Strauss observou que no Estado de Santa Catarina as cidades de Joinville e Blumenau possuíam ruas com nomes alemães. Ou seja, podemos afirmar que os nomes desses lugares se constituem em testemunhos históricos do povoamento dessa região. E ele ainda deixou registrado em *Tristes Trópicos*, a prática dos fazendeiros doarem:

(...) terras a uma paróquia. Assim nascia um patrimônio, aglomeração colocada sob a invocação de um santo. Outros patrimônios têm um caráter laico, quando um proprietário decidia fazer-se povoador e mesmo plantador de cidade. Batizava, então, a cidade com o seu nome: Paulópolis, Orlândia; ou, por cálculo político, punha-a sob

o patrocínio duma personalidade celebre: Presidente Prudente, Cornélio Procópio, Epitácio Pessoa... (LÉVI-STRAUSS, 1953,p.116)

Nesse sentido, podemos dizer que Lévi-Strauss, observou que diferentes vilas ou cidades nasceram ao redor de capelas, igrejas ou monumentos de religiosidade e, no decorrer do tempo, vieram a gerar municípios, revelando o feitio antropológico da fé de nossos antepassados, como também a importância e o poder da Igreja, poder esse que excede aos domínios religiosos. Além disso, podemos afirmar que o ato de conceder terras aos bens de um santo era mais uma expressão dos vínculos entre as elites rurais - com seus negócios políticos e econômicos - e as construções materiais e simbólicas do catolicismo. No imaginário popular, enriquecer os santos era uma forma de garantir amparo diante de doenças, de epidemias, casuais insurreições de escravos ou assaltos de indígenas. Nesse sentido, “o santo é uma entidade que se basta e que não se esgota na dialética do significante e do significado”⁹.

Segundo Serge Gruzinski¹⁰, o imaginário não é precisamente alguma coisa ilusória, distinto do caráter científico, do mundo real. É alguma coisa que está em ligação com o mundo real e com as práticas e conhecimentos cotidianos, contudo ao mesmo tempo, não se liga apenas a elas. É uma dimensão na qual as sociedades estabelecem o modo por meio do qual observam o mundo e a si mesmas; é no campo do imaginário que convivem os problemas de ordem histórico-antropológicos. O imaginário é constituído - de maneira bem geral - de noções que dão significados, percepções e importância aos nossos saberes, práticas e experiências sensíveis. Enfim, podemos dizer que toda sociedade têm seus imaginários.

Devemos ressaltar que, particularmente no século XVIII, há uma diminuição na prática de batizar as localidades com nomes de santos, passando esses a evocar a realeza, o indígena, a natureza, a mitologia e os “heróis” nacionais. Isso se explica em razão do processo de formação da identidade nacional, por meio da construção do que seria uma memória e reconhecimento de uma cultura nacional. No período pós-independência, com implantação do Estado Nacional, estabelece-se a tarefa de esboçar uma representação para a “Nação brasileira”, visando elaborar uma identidade própria no conjunto mais vasto das “Nações”, conforme as novas idéias organizadoras da vida social do século XIX. Para isso foi criado

Em 1838, tendo como modelo o Institut Historique, fundado em Paris em 1834 por vários intelectuais, entre eles dois velhos conhecidos do Brasil —Monglave e Debret —, forma-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (o IHGB), congregando a elite econômica e literária carioca. É justamente esse recinto que abrigará, a partir da década de 40, os românticos brasileiros, quando o jovem monarca d. Pedro II se tornará assíduo freqüentador e incentivador, com a maioria, dos trabalhos dessa instituição. A partir dos anos 50 o IHGB se afirmaria como um centro de estudos bastante ativo,

9 GRUZINSKI, Serge. **A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner**, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 265.

10 Idem, ibidem.

favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais. (SCHWARCZ, 1998, p.178)

No entanto, a edificação de um projeto nacional para uma sociedade assinalada pela escravidão e pela existência de sociedades indígenas abarcava problemas peculiares, tais como: a invenção de um discurso homogeneizador que veiculasse as demandas das minorias e o imaginário das elites. O discurso delineado para a Nação brasileira, que os poetas, músicos, pintores e cientistas vinculados ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) tomaram o cuidado de fortalecer, tende a produzir uma homogeneização da diversidade étnica e cultural do Brasil, reduzindo-o as suas elites e a cultura letrada que professavam.

D. Pedro e a elite política da corte se preocupavam, dessa maneira, com o registro e a perpetuação de uma certa memória, mas também com a consolidação de um projeto romântico, para a conformação de uma cultura 'genuinamente nacional' (SCHWARCZ, 1998, p.199).

O objetivo era o de inventar um passado e procurar permanências temporais e uma antiguidade para o país. Deste modo, a prática de nomear locais públicos gerou uma tradição que ganhou importância fazendo com que os locais deixem de ser simplesmente equipamentos utilizados pela população, para tornarem-se monumentos.

O primeiro monumento histórico construído no Brasil, na esteira do processo de "estatuamania", ocorreu no Rio de Janeiro, então capital do império, no ano de 1862. Trata-se da estátua equestre do imperador D. Pedro I, localizada na Praça Tiradentes. Sua construção e, principalmente, inauguração foram tumultuadas, o que bem revela a disputa simbólica de diferentes grupos sociais na constituição da imaginária urbana (ORIÁ, 2007, p.03).

Entretanto, conforme José Murilo de Carvalho¹¹, com a Proclamação da República são inventados novos símbolos e monumentos para a formação de um novo imaginário. Assim, o governo republicano, ao ser instaurado, buscará garantir-se por meio da imposição de uma nova simbologia. Assim, em todo o país os governantes modificaram a denominação de ruas e cidades, substituindo os que continham relação com o Império, por outros associados à República. Sendo assim, é possível afirmar que quando acontece alguma modificação significativa na trajetória do país, os espaços são batizados e/ou rebatizados com a intenção de narrar essa modificação.

Nesse sentido, Anderson Dantas da Silva Brito¹² se dedicou em compreender os imaginários que assinalaram o processo de denominação das espacialidades do estado do Rio Grande do Norte, nos momentos finais do Império e durante a primeira fase da Re-

11 CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**, 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

12 BRITO, Anderson Dantas da Silva. **Em Nome(s) dos Interesses: Imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República**. Dissertação. Natal, 2012.

pública. Para isso, foi observado, por meio das denominações de algumas cidades, como o espaço norte-rio-grandense estava alinhado com a dinâmica imaginária da República. Dessa forma, percebeu-se um processo de redefinição das práticas nominativas em conformidade com a organização familiar Albuquerque Maranhão, o qual se manteve no poder entre 1890 a 1918. Essa família, sabendo que os nomes dos lugares operam como espécie de legalizares do poder político, se preocupou em afirmar seu poder político e econômico e construir uma memória que atendesse aos seus anseios. Para isso, buscou-se imortalizar a família batizando cidades, vilas, ruas, escolas e edifícios, entre outros, com o nome de seus membros. Na sequência, foi constatada uma nova dinâmica denominativa que ajudou a entender o processo de transição política do Litoral para o Sertão, ao mesmo tempo que afirmou o poder da elite política e econômica seridoense, a qual dominou o poder estadual nas duas últimas décadas da Primeira República.

Também na cidade de Mossoró, há a família Rosado que há décadas tem o controle político e do poder local. Esse clã visando autenticar o poder e a apropriação política daquele território,

(...) fazem da cidade uma geografia de uso político – uma geografia cuja apropriação também se dá pela nomenclatura – uma marca que cartografa a cidade: levando o nome dos Rosados para nomear ruas, praças, bairros, logradouros, conjuntos habitacionais, escolas, auditórios, instituições e monumentos.

Essa marca que se apropria da cidade não se fez só, ela se apoia e divide a nomenclatura que se lê nessa geografia, com a história – a memória- as rugosidades que sustentam o imaginário social. Essa geografia expressa nas formas da cidade se completa com o nome dos heróis, os fundadores da cidade, os comerciantes – sua primeira elite os abolicionistas, aqueles que retomaram o ‘sonho cosmopolitano’ e os que resistiram ao bando do cangaceiro Lampião.

Um lugar mitológico que escreve suas ‘legendas’ que, como lendas, requer uma narrativa que conte, por meio de tudo que está grafado no território da cidade essa história de liberdade, bravura, resistência (FELIPE, 2001, p.46).

Percebe-se pelo exemplo dos dois clãs políticos que um grupo social é suscetível de determinar o discurso do memorável. Também Ricardo Tupiniquim Ramos¹³, ao analisar a toponímia do estado da Bahia, nos informa que o distrito interiorano de Mimoso do Oeste teve seu nome alterado, no ano de 2000, para Luís Eduardo Magalhães. O mesmo era filho de Antônio Carlos Magalhães e morreu no ano anterior. Seu pai era uma liderança política do oeste baiano daí

(...) uma liderança do oeste baiano propôs à Câmara de Vereadores do município de Barreiras a alteração, por Lei, do nome do seu principal distrito fora de sede, de Mimoso do Oeste para Luís Eduardo Magalhães, sugestão prontamente aceita. Em menos de seis meses, essa mesma liderança propôs à Assembléia Legislativa a emancipação do distrito, o que foi votado e aprovado em março do ano seguinte, numa onda de homenagens menos ao filho que ao pai, que incluiu a atribuição do nome daquele ao

13 RAMOS, Ricardo Tupiniquim. **Toponímia dos municípios da Bahia: descrição, história e mudanças**. Tese, Salvador, 2008.

aeroporto da capital baiana, a inúmeras escolas estaduais e a parques metropolitanos, ruas, praças, avenidas, etc. Após a emancipação, Luis Eduardo Magalhães passou a ser o município que mais cresceu na Bahia, não só pelo seu dinamismo econômico e populacional, como também por sua capacidade de atrair investimentos externos e pela prodigalidade de investimentos estaduais aí alocados (RAMOS, 2008, p.219-220).

Nesse sentido, a toponímia exerce a função de afirmação do poder, de reprodução social e de homenagem. Ou seja, os nomes dessas pessoas passam a fazer parte da história oficial; bem como aquilo que eles representaram em vida é congregado à identidade da sociedade a qual ele serviu para receber a homenagem. Assim, pelo que foi discutido acima podemos afirmar que os espaços construídos e nomeados pelo poder público são capazes de contar histórias. Nomes de ruas, avenidas, praças, espaços públicos se tornam privados pela imposição de um nome. O discurso do crível, ao nomear a cidade, transforma seus espaços em habitáveis. Os nomes são outorgados pelo governo da cidade que fixa códigos, leis, propaga projetos e tenta desempenhar atos circunscritos nesses espaços urbanos, ou seja, eles são imaginados para a consolidação de práticas supervisionáveis. Em outros termos, “satura de significados alguns lugares e os reduz a eles, a ponto de os tornar irrespiráveis¹⁴”. A nomeação dos logradouros públicos acaba estimulando uma relação de poder, a qual nos ajudará a interpretar a procedência do nome de um lugar, bem como o propósito e o poder que se encontra por trás do ato de nomear um logradouro público. Nesse sentido, a cidade é um lugar de recordações, memórias, ausências e poderes.

Para o filósofo Michel Foucault¹⁵, uma sociedade sem relações de poder é uma ilusão. Para ele, a estrutura social seria percorrida por inúmeras relações de poder, as quais não se centram somente em um local particular, pois são como uma força que permeia todo o corpo social. O poder não é apenas uma instância negativa, mas também uma força produtiva capaz de produzir coisas, gerar prazeres, construir saberes e produzir discursos. As relações de poder se acham nas mais diferentes práticas sociais, a exemplo da nomeação dos lugares, aqui entendidos no aspecto de estarem atravessados por relações de poder. Neste sentido, a existência do componente poder se encontra na ação de escolher o nome dos lugares.

Ainda podemos dizer que a toponímia se institui como um lugar estratégico para o poder pois, o mesmo “(...) é toponímico, e instaura a sua ordem de lugares dando nomes¹⁶”. Entretanto, tão interessante quanto a análise das estruturas de poder que tendem a influência de determinado grupo social, é assinalar suas transformações, circunscritões e conflitos.

É também significativo destacar que a seleção de um nome próprio não se dá de forma casual, existe um sistema de idéias, valores e interesses, isto é, existe um propósito por trás de cada nome. O espaço, a partir do instante em que é denominado, reflete tudo aquilo que simboliza, cumulativamente, costumes, atitudes, modos, ética, crenças e emo-

14 CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano I*, Petrópolis, Vozes, 1994, p.187.

15 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

16 CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*, p.216.

ções. Daí, Cláudio João Barreto dos Santos¹⁷ nos lembrar que há uma relação sentimental entre o lugar e o ato de nomear. Possibilitando-nos pensar as origens psicossociais dos nomes dos lugares. Assim Francisco Foot Hardmann nos relata que:

Num mapa de cidades fugazes e errantes [encontrou] nomes que designavam também sonhos renovadamente dissipados pelos naufrágios fluviais e demais desastres da mãe-natureza, como Remate dos Males, Novo Lugar, Forte de Veneza, Talismã, Novo Amparo, Boa Esperança, Novo Destino, Novo Triunfo, Silencio de Cima, Novo Mirador, ultrapassada a tênue linha demarcatória daquelas 'ilhas da Consciência', já não havia mais espaço-tempo para as ilusões do progresso evolutivo (FOOT HARDMAN, 2009, p.80).

É importante também destacar que um antrotopônimo revela a visão de mundo de quem nomeia o espaço. Isso porque, quem denomina os espaços é fruto de um padrão cultural transpassado por opiniões, mitos, idéias e esteriótipos que incorporam a percepção da sociedade. Ou seja, o nomeador volta-se para o seu entorno procurando aspectos que fazem parte da sua cultura, da sua história. Assim, podemos afirmar que os antrotopônimos femininos Mãe Quininha, Julia Medeiros e Generina Vale se relacionam com a história local por meio de uma operação historiográfica. Nesse sentido, nos questionamos porque os primeiros antrotopônimos femininos na cidade de Caicó só surgiram nas décadas de 1960 e 1970?

A AUSÊNCIA DAS MULHERES CAICOENSES NA TOPONÍMIA URBANA DE CAICÓ

A partir do século XX, as mulheres vêm conquistando espaço como provedoras da casa, vêm sendo incorporadas ao mercado de trabalho, no mundo todo, o dia 8 de março é consagrado a elas. No ano de 2011, o Brasil escolheu uma mulher para ocupar a Presidência da República e a Lei Maria da Penha passou a representar a luta contra a violência de gênero. Entretanto, as mulheres caicoenses não estão com tanta credibilidade assim. Pelo menos não para terem seus nomes perpetuados nas ruas da cidade. Conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Tributação e Finanças, no ano de 2006, Caicó possuía 616 logradouros públicos, sendo 89 com denominação feminina. Assim sendo, apesar do aumento do número de logradouros públicos com denominação feminina ter se acentuado enormemente, em relação ao ano de 1973, quando a cidade de Caicó só possuía duas ruas com nomes de mulher, não podemos deixar de destacar a partir dessa diferença numérica, que a toponímia da cidade continua sendo um lugar de discriminação contra as mulheres. Ressalta-se também que a parte central da cidade de Caicó é composta por seis avenidas: a Avenida Seridó, Avenida Coronel Martiniano, Avenida Rio Branco, Avenida Celso Dantas, Avenida Carlindo Dantas e Avenida Ruy Mariz. Dessas todas, com exceção da Avenida Seridó, homenageiam personalidades do sexo masculino. Nesse sentido, percebemos na toponímia urbana de Caicó vantagens para o masculino, em detrimento do feminino, tanto na quantidade quanto na importância dos logradouros.

17 SANTOS, Cláudio João Barreto dos. *Op.Cit.*

No que diz respeito às relações de gênero e toponímia, Letícia Alves Corrêa de Oliveira e Aparecida Negri Isquerdo, destacaram que ao longo da história a toponímia não tem registrado números expressivos de nomes femininos. Também Penha Maria Fernandes Nader, ao investigar a relação existente entre a discriminação de gênero e os nomes dos logradouros públicos da cidade de Vitória, no período que se estende de 1970 a 2000, constatou “(...) uma pequena representatividade de nomes de mulheres nos logradouros de Vitória, antes de 1970 (...)”¹⁸.

Realidade não muito distante da nossa, pois conforme o senhor Francisco de Assis Medeiros¹⁹, ex- prefeito de Caicó, nos relatou em entrevista que até o ano de 1972 não existia nenhuma rua com nome feminino. Devemos destacar que só existia na cidade de Caicó, com denominação feminina, a Maternidade de Caicó, que no ano de 1966 teve seu nome alterado para Maternidade Mãe Quininha. Diante dessa realidade, o ex-prefeito resolveu nomear a primeira rua com nome feminino, para isso ele resolveu alterar o nome da Rua São José para Rua Generina Valle. Também uma outra rua que teve seu nome alterado foi a Rua 6 de Julho, passando a se chamar Rua Júlia Medeiros. Assim, a partir desses três antropônimos femininos indagamos que motivos explicam a ausência das mulheres caiçoenses na toponímia urbana de Caicó até o ano de 1966?

Devemos lembrar que meninas e meninos ao nascerem são socializados de modo diferente, sendo considerado “normal” que quando cheguem à fase adulta, tenham atitudes, papéis e comportamentos distintos. Assim, as meninas aprendiam a serem doce, obedientes, passivas, dependentes sendo educadas para se tornarem mãe-esposa- dona-de-casa, ficando assim confinadas ao espaço doméstico. Já os meninos eram educados para serem sujeitos agressivos, competitivos, e independentes sendo o espaço público destinado a sua realização profissional e ao sustento da sua família.

Um outro fator que ajuda a explicar a ausência de topônimos femininos é que a exemplo da cidade de Vitória-ES, a questão de gênero nunca foi objeto de consideração dos legisladores. Isso é compreensível pelo fato dos políticos que formavam o poder municipal serem em sua grande maioria do sexo masculino, vendo assim em outros homens, os méritos que validassem a homenagem. Vale também destacar que durante muito tempo a rua foi considerada **um espaço masculino, espaço onde os homens circulavam, realizavam trocas comerciais, conversavam com outros homens. Nesse sentido, havia uma lógica em batizar esses espaços com nomes de homens ou seja, por esses “(...) serem locais públicos, culturalmente seriam, de forma simbólica, representados mais adequadamente por nomes de homens. Afinal, seriam eles a personificação do mundo público e do poder.”**²⁰

É válido ainda destacar que durante muito tempo a política era um espaço masculino e as poucas mulheres que chegaram adentrar esse espaço, ocupando uma vaga na Câmara Municipal de Caicó, a exemplo, das primeiras vereadoras Júlia Medeiros e Eutália Leitão Vilar, não viram as mulheres como dignas de homenagens. Ao voltarmos nosso

18 NADER, Penha Mara Fernandes. **A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos. Vitória (ES). 1970–2000.** Dissertação, Vitória, 2007, p.73.

19 Prefeito de Caicó entre os anos de 1968 a 1972.

20 NADER, Penha Mara Fernandes. *Op. Cit.*, p.73

olhar para os projetos de lei apresentados por Júlia Medeiros, percebemos que a mesma se preocupou muito mais em agradar amigos e autoridades civis e eclesiásticas a partir de homenagens. A respeito disso, no dia 02 de abril de 1952, a vereadora Júlia Medeiros requereu “(...) a designação de uma comissão para tratar com o prefeito em exercício relativamente à homenagem da ‘Praça Dom José Delgado’²¹”. Bem como também em relação à terraplanagem da mesma Praça. No tocante à estátua de Dom José Delgado, a vereadora Júlia Medeiros solicitou no dia 01 de agosto de 1952 a inclusão na proposta orçamentária do ano vindouro

(...) a consignação de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) à verba Encargos Diversos – Subvenções, Contribuições e Auxílios – Despesas Diversas Código 8.984, como contribuição da Prefeitura ao movimento popular para aquisição de uma estátua em homenagem ao primeiro bispo da Diocese de Caicó : - aprovada por maioria de votos (...). (LIVRO DE ATAS, 02/04/1952)

Devemos lembrar que há a tradição em homenagear cidadãos que de maneira suposta tenham exercido uma “boa ação” a favor da cidade, do país ou do mundo. No entanto, é preciso destacar que “até o golpe militar de 1964, a noção de cidadania permanece vinculada ao emprego estável, assalariado e urbano (...)”²². Nesse sentido, as pessoas dignas de homenagens eram coronéis, políticos, religiosos, empresários e proprietários de terras. Atividades que foram durante séculos, vedadas às mulheres.

É importante destacar que até a segunda metade do século XX, as mulheres não almejavam participar da vida pública ou ingressarem no mercado de trabalho. Nesse sentido, o mercado de trabalho era um espaço de preeminência masculina, pois, os obstáculos encarados pelas mulheres para fazerem parte do mercado de trabalho eram sempre muito grandes, independente da classe social as quais fizessem parte. Assim, no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, devemos sublinhar que, durante muito tempo, as preferências e as chances profissionais eram definidas por prescrições biológicas. Portanto, as pessoas do sexo masculino com pouca escolaridade exerciam as funções de trabalhadores rurais, motoristas, policiais, militares, vendedores ambulantes. Já as moças com o mesmo nível de escolaridade ocupavam os cargos de telefonistas, secretárias, lavadeiras de roupas, domésticas, babás, copeiras, faxineiras entre outros. Já entre aqueles que alcançavam um maior nível de escolaridade, podemos dizer que, enquanto os homens aderiam a carreiras de médicos, políticos, empresários e eclesiásticos; as mulheres escolhiam profissões voltadas para o ensino e o cuidado do outro, predados vistos como femininos.

Ressalta-se ainda que as discriminações sofridas pelas pessoas do sexo feminino, no mercado de trabalho, são fruto de uma educação sexista a qual defende que as mulheres devem escolher profissões no campo do ensino, da prestação de serviços sociais ou de saúde, como se conjectura serem tais tarefas uma extensão para o espaço público das tradicionais ocupações que as mulheres já desenvolviam no espaço doméstico. Desse modo, de-

21 Ata da Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Caicó. **Livro de Atas**. (manuscrito). Caicó. 02 de abril de 1952.

22 GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In_: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 2011, p.641.

fendia-se que ao escolherem essas profissões era possível as mulheres conciliarem melhor a atuação profissional e as responsabilidades da maternidade e do zelo pela família. Desse modo, é possível frisar que essas diferenças no decorrer da história têm privilegiado as pessoas do sexo masculino, na medida em que a sociedade não tem proporcionado as mesmas chances de inclusão social e exercício de cidadania a pessoas de ambos os sexos. Mesmo com as mudanças dos costumes e valores que vêm acontecendo nas últimas décadas, ainda perduram várias discriminações de gênero que se encontram nas mais diferentes esferas da vida social brasileira, e por vezes de forma sutil a exemplo da toponímia.

No tocante à toponímia, é oportuno sublinhar que quando um espaço é nomeado, ele acaba recebendo nomes de pessoas consideradas, pelo poder público, dignas de tributos, identificadas como sujeitos que se comportaram de forma exemplar e cujas condutas servem de modelo privilegiado para as novas gerações. Nesse sentido, a cidade se constitui em um lugar onde se exprimem temporalidades diferentes. Também é oportuno ressaltar que, o ato de batizar os lugares com nomes de pessoas, além de se constituírem em referências também se constitui em um gesto em prol da formação do cidadão; isso porque os antropônimos urbanos se impunham como recurso didático, ou seja, esses nomes se constituem em utensílios pedagógicos, os quais demonstram o reconhecimento desses indivíduos que representariam dados valores. Dessa maneira, é possível afirmar que Mãe Quininha, Júlia Medeiros e Generina Vale, ao serem homenageadas, passaram a servir de exemplo para as mulheres caicoenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I**. Petrópolis, Vozes, 1994.

FOOT HARDMAN, Francisco. **A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna**. Editora: Editora da Unesp, 2009

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In_: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 2011.

GRUZINSKI, Serge. **A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Lisboa, 1953.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a Cidade: Caicó em sua dinâmica espacial**. Brasília: Senado Federal, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: dom Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ARTIGOS DE REVISTAS

FELIPE, José Lacerda. 2001. A (re)invenção do lugar: Os Rosados e o “país de Mossoró”. In __: **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano VI, nº 10, p.33-49, jan/jun.

NORA, Pierre. 1993. Entre memória e história, a problemática dos lugares. In: **Rev. Projeto História**. nº 10 História & Cultura. São Paulo, PUC-SP – Programa de Pós Graduação em História, dezembro de 1993. p.7 a 26.)

ARTIGOS DE REVISTAS ELETRÔNICAS

CALLIPO, Daniela Mantarro. Espaço e Memória nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis. **Revista TriceVersa**. Centro Ítalo-Luso-Brasileiro de Estudos Linguísticos e Culturais, Assis, v.2, n.2, nov.2008-abr.2009. Disponível em: www.assis.unesp.br/cilbelc

OLIVEIRA, Leticia Alves Corrêa. ISQUERDO, Aparecida Negri. A figura da mulher na toponímia sul-mato-grossense: questões histórico-ideológicas. Disponível em: <<http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=612>>

ORIÁ, Ricardo. *A História em Praça Pública: os monumentos históricos de Fortaleza (1888-1929)*. Fortaleza, **Primeiros Escritos**, nº7- julho, 2001. Disponível em : <<http://www.historia.uff.br/primeirosescritos/sites/www.historia.uff.br/primeirosescritos/files/pe07-3.pdf> >

DISSERTAÇÕES E TESES

BRITO, Anderson Dantas da Silva. 2012. **Em Nome(s) dos Interesses: Imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República**. Natal, Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NADER, Penha Mara Fernandes. 2007. **A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos. Vitória (ES). 1970–2000**. Vitória, Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim . 2006. **Toponímia dos municípios da Bahia: descrição, história e mudanças**. Tese de Doutorado.Salvador: UFBA.

SANTOS, Cláudio João Barreto dos. 2008. **Geonímia do Brasil: a padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios fluminenses**. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FONTES

Ata da Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Caicó. **Livro de Atas**. (manuscrito). Caicó. 02 de abril de 1952